



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE SAÚDE  
DIVISÃO DE CONTRATOS - CPLC**

**CREDENCIAMENTO 005/SS/2023**

**ANEXO IB - TERMO DE REFERÊNCIA**

**CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA  
REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DENSITOMETRIA ÓSSEA**

**1. Identificação do objeto**

Contratação de empresa especializada para realização de exames de densitometria óssea duo-energética de coluna vértebras lombares e/ou fêmur podendo incluir região distal do radio, em regime ambulatorial, de caráter eletivo, conforme previsto no Anexo e nas condições apresentadas neste termo, a todos os pacientes SUS, devidamente cadastrados no SAMS (Sistema de Atendimento Municipal de Saúde) e encaminhados via Secretaria de Saúde.

**2. Justificativa**

A densitometria óssea é um exame por imagem realizado para medir a densidade mineral óssea e comparar com os padrões para idade e sexo permitindo definir a massa óssea em regiões como coluna lombar e fêmur, podendo incluir região distal do radio e ou corpo inteiro. Sua principal função é avaliar o grau de mineralização dos ossos detectando precocemente a perda de massa óssea, possibilitando a prevenção e o combate à osteoporose/osteopenia, doença que aumenta o risco de fraturas.

Considerando a demanda reprimida, bem como o estudo da demanda que aponta a necessidade de complementação da oferta deste exame na rede de saúde, se faz necessária a efetiva contratação do serviço objeto deste Termo de Referência, visando maior agilidade ao atendimento e consequente diagnóstico.

**3. Documentação técnica necessária:**

- Atestado de capacidade técnica;
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) no município de São José dos Campos, devidamente atualizado e com os nomes dos profissionais indicados para atendimento do objeto;
- Apresentar Licença Sanitária vigente de acordo com os procedimentos a serem realizados, bem como, licença dos equipamentos disponíveis para o atendimento;
- CRM dos profissionais médicos que realizarão os exames, bem como respectivo Certificado de especialização ou residência médica na área de Radiologia e Diagnóstico por imagem;
- Registro da empresa no conselho regional de medicina – CRM

#### **4. Da distribuição dos exames por prestador credenciado**

Os serviços serão distribuídos entre as empresas credenciadas de forma igualitária, de acordo com o quantitativo estabelecido no Anexo, ou aquém, considerando-se também a capacidade potencial declarada.

A credenciada deverá respeitar o limite da sua cota mensal e qualquer alteração somente poderá ocorrer com a anuência da Secretaria de Saúde, respeitando o quantitativo físico e financeiro previsto no anexo.

As cotas serão redistribuídas, de acordo com os critérios acima estabelecidos, toda vez que uma nova empresa for credenciada ou houver algum descredenciamento durante o período de vigência, respeitando-se sempre o quantitativo estabelecido no Anexo.

O quantitativo total mensal, constante no Anexo, corresponde ao número máximo de procedimentos a serem autorizados, não sendo a Secretaria de Saúde obrigada, caso não haja demanda, utilizá-los em sua totalidade.

#### **5. Das condições gerais para realização dos exames**

Visando facilitar a acessibilidade do paciente, os exames deverão ser realizados no município de São José dos Campos.

A empresa credenciada deverá apresentar seu protocolo e orientação de preparo prévio, se for o caso, para realização do exame constante no Anexo.

São de responsabilidade da empresa credenciada todos os insumos, contrastes, fármacos e profissionais necessários para a realização dos procedimentos contratados, sem ônus para os pacientes e a credenciada.

A empresa credenciada deverá utilizar o Sistema de Atendimento Municipal de Saúde (SAMS) para formatar e gerar a agenda dos exames constante no Anexo, disponibilizando-a integralmente no sistema até o dia 15º dia útil do mês anterior.

O contato com os pacientes para agendamento dos exames será realizado pela Central de Agendamento da Secretaria de Saúde.

A empresa credenciada deverá registrar no SAMS os respectivos apontamentos na agenda de acordo com o status do paciente (falta e presença) na data do atendimento, e terá o prazo máximo de 72 horas para eventuais correções de status.

Na ocorrência de impedimento do cumprimento da agenda, a que der causa a empresa, o reagendamento do paciente deverá ser realizado pela mesma, no SAMS, no prazo máximo de 30 dias.

A empresa credenciada será responsável ainda por avisar ao paciente que o atendimento não irá ocorrer, evitando assim o deslocamento desnecessário do paciente, no prazo máximo de 24 horas antes do atendimento.

A Secretaria de Saúde, através do Departamento de Regulação em Saúde, poderá solicitar alteração dos quantitativos previstos em virtude das demandas que se alteram e alternam de tempos em tempos, desde que não ultrapasse o valor financeiro mensal estimado no contrato.

Os laudos com os resultados dos exames deverão ser disponibilizados eletronicamente para a Secretaria de Saúde, devidamente associados às solicitações de exames geradas no SAMS, no formato/layout definido pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, para visualização em toda rede de saúde via SAMS.

O laudo do exame deverá ser redigido com clareza em papel timbrado, devidamente assinados pelo médico responsável e conter identificação do profissional solicitante, da unidade de saúde solicitante e identificação do paciente.

Os laudos e as imagens dos exames deverão ser entregues em até 6 (seis) dias úteis para o paciente, sendo de responsabilidade deste a retirada do resultado nas dependências da empresa credenciada, em data pré-estabelecida pela mesma, de acordo com o protocolo que deverá ser fornecido a cada exame realizado. Excepcionalmente, havendo urgência, a Secretaria de Saúde poderá solicitar a entrega do exame em menor tempo.

## **6. Do pagamento**

Será realizado pagamento apenas dos procedimentos informados e apontados no SAMS.

O faturamento do SIA/SUS deverá ser entregue no Departamento de Regulação e Controle (DRC) até o 5º dia útil do mês subsequente ao atendimento, contendo:

- Os arquivos do BPA (Boletim de Produção Ambulatorial – consolidado/individual) em meio magnético e respectivo relatório impresso emitido pelo SAMS ou outro Sistema que venha substituí-lo.
- Deverá ser disponibilizado arquivo do banco de dados dos atendimentos mensais (arquivo SMS), no caso do uso de sistema próprio conforme layout pré-estabelecido pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- As solicitações (SADTs e APACs) deverão vir assinadas pelo paciente ou responsável.
- Os relatórios de conferência deverão estar codificados com os códigos dos procedimentos da Tabela SUS vigentes e constantes do Anexo e deverá ser encaminhado em caixas de arquivo na ordem dos relatórios impressos, para fins de conferência, devendo este processo ser mantido até que se efetive a proposta em andamento de faturamento via laudo inserido no SAMS.

Após a conferência da fatura o DRC solicitará a empresa credenciada a emissão da Nota Fiscal, encaminhando-a juntamente com o relatório consolidado dos atendimentos, para providências quanto à liberação do pagamento.

## **7. Considerações Gerais**

A empresa credenciada deverá manter seus recursos humanos, tecnológicos, capacidade instalada e insumos, necessários ao atendimento dos quantitativos previstos no Anexo.

Deverá ainda, atender e responder, com presteza, dentro do prazo estipulado, as solicitações/reclamações do Sistema 156 ou da Ouvidoria da Saúde sobre a qualidade dos serviços executados, de acordo com os prazos determinados pela Secretaria de Saúde.

Não poderá ser exigido qualquer tipo de cobrança ou contribuição financeira do paciente ou familiar.

Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Vanessa de Fátima P. Barcelos  
Chefe da Divisão de Avaliação e Controle

Heverton Theodoro Silva  
Diretor do Depto de Regulação e Controle